

## Territorialidade e sociabilidade LGBT na cidade de João Pessoa: uma análise sobre o direito à cidade

*Territoriality and LGBT sociability in the city of João Pessoa: an analysis of the right to the city*

*Territorialidad y sociabilidad LGBT en la ciudad de João Pessoa: un análisis del derecho a la ciudad*

MARTINS, Matheus de Oliveira

*Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, matheus.oliveira.martins@hotmail.com*

FERNANDES FILHO, Francisco Nilton Vieira

*Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, niltonvfern@gmail.com*

BARROS, Amélia de Farias Panet

*Doutora em Arquitetura e Urbanismo, UFPB, ameliapanetbarros@gmail.com*

### RESUMO

Nos últimos anos, o Direito à Cidade entra como forte pauta na agenda dos Direitos Humanos, no contexto acadêmico e de lutas sociais. Decorrem sobre ele o acesso com qualidade à saúde, educação, segurança pública, cultura, transporte e lazer. Entretanto, a realidade para muitos indivíduos, tidos como minorias de poder, é a violação de direitos e sua exposição à diversos tipos de violência. Dentre esses indivíduos estão aqueles que representam a comunidade LGBT, que, ao romper com o padrão cisheteronormativo de gênero e sexualidade são expostos, além das agressões em geral, à coibição do direito de se expressarem no espaço urbano. Tal prática acaba por promover um processo de territorialização com a eleição de espaços urbanos propícios ao exercício livre de suas condições de existência. Essa pesquisa tem como objetivo relatar, apresentar e discutir os resultados de uma investigação que teve lugar na cidade de João Pessoa, sobre o 'como' se dá a sociabilidade e liberdade sexual da população LGBT na capital paraibana. A partir da aplicação de questionários foi possível mapear três centralidades onde a população LGBT se reúne: o Centro da cidade, a orla e a divisa entre a Zona Leste e Zona Sul. Numa segunda etapa, algumas entrevistas diretas colaboraram para identificar as especificidades das dinâmicas de cada lugar, a partir do ponto de vista dos usuários. Os resultados apontam aspectos que podem nortear políticas públicas com vistas à construção de espaços mais democráticos, inclusivos e acessíveis.

**PALAVRAS-CHAVES:** territorialidade, sociabilidade, LGBT, direito à cidade.

### ABSTRACT

*In recent years, the Right to Experience the City enters as a strong Human Rights agenda, in the academic context and social struggles. Quality access to health, education, public safety, culture, transportation and leisure are guaranteed. However, the reality for many individuals, perceived as minorities of power, is the violation of rights and their exposure to various types of violence. Among these individuals are those who represent the LGBT community, who, in breaking the heterogeneous pattern of gender and sexuality, are exposed, in addition to aggressions in general, to the right to express themselves in the urban space. This practice ends up promoting a process of territorialization with the election of urban spaces conducive to the free exercise of their conditions of existence. This research aims to report, present and discuss the results of an investigation that took place in the*



city of João Pessoa, about the 'how' is the sociability and sexual freedom of the LGBT population in the capital of Paraíba. From the application of questionnaires, it was possible to map three centralities where the LGBT population meets: the city center, the border and the border between the East Zone and the South Zone. In a second stage, some direct interviews collaborated to identify the specificities of the dynamics of each place, from the point of view of the users. The results point to aspects that can guide public policies aimed at building more democratic, inclusive and accessible spaces.

**KEY WORDS:** territoriality, sociability, LGBT, right to the city.

## RESUMEN

En los últimos años, el Derecho a la Ciudad entra como una agenda fuerte de Derechos Humanos, en el contexto académico y las luchas sociales. Se garantiza un acceso de calidad a la salud, la educación, la seguridad pública, la cultura, el transporte y el ocio. Sin embargo, la realidad para muchas personas, percibidas como minorías de poder, es la violación de los derechos y su exposición a varios tipos de violencia. Entre estos individuos están aquellos que representan a la comunidad LGBT, quienes, al romper el patrón heterogéneo de género y sexualidad, están expuestos, además de las agresiones en general, al derecho a expresarse en el espacio urbano. Esta práctica termina promoviendo un proceso de territorialización con la elección de espacios urbanos propicios para el libre ejercicio de sus condiciones de existencia. Esta investigación tiene como objetivo informar, presentar y discutir los resultados de una investigación que tuvo lugar en la ciudad de João Pessoa, sobre el "cómo" es la sociabilidad y la libertad sexual de la población LGBT en la capital de Paraíba. A partir de la aplicación de cuestionarios fue posible mapear tres centralidades donde se reúne la población LGBT: el centro de la ciudad, la frontera y la frontera entre la Zona Este y la Zona Sur. En una segunda etapa, algunas entrevistas directas colaboraron para identificar las especificidades de la dinámica de cada lugar, desde el punto de vista de los usuarios. Los resultados apuntan a aspectos que pueden guiar las políticas públicas destinadas a construir espacios más democráticos, inclusivos y accesibles.

**PALABRAS CLAVE:** territorialidad, sociabilidad, LGBT, derecho a la ciudad.

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, vários estudos acadêmicos, dados de organizações sociais e reações populares, como manifestações e protestos, destacam as contradições existentes entre os direitos sociais estabelecidos em leis constitucionais e a realidade do cotidiano de segmentos da população socialmente oprimidos, entre estes, a população LGBT<sup>1</sup>. Para além das legislações específicas de cada país, inclusive a brasileira, alguns documentos de caráter global, como a 'Carta Mundial do Direito à Cidade'<sup>2</sup>, destacam e reforçam o necessário direito equitativo de todas as pessoas às cidades. O que pressupõe o direito irrestrito a uma cidade "sem discriminação de gênero, idade, raça, condição de saúde, renda, nacionalidade, etnia, condição migratória, orientação política, religiosa ou sexual [...]".

<sup>1</sup> Atualmente, a sigla LGBT, adotada oficialmente no Brasil a partir de 2008, é utilizada para designar pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Essa pesquisa, apesar de entender a diversidade acerca das identidades de gênero e sexualidades não englobadas por tal termo, optou por utilizar a sigla LGBT para tratar de todo indivíduo fora do padrão cisheteronormativo em função de sua maior popularidade.

<sup>2</sup> A Carta Mundial do Direito à Cidade foi construída por um conjunto de movimentos populares, organizações não governamentais, associação de profissionais, fóruns e redes nacionais e internacionais da sociedade civil no Fórum Social Mundial de 2001 na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e é, sem dúvida, um contraponto à cidade mercadoria do capital.

Ainda, essa mesma carta esclarece que o direito à cidade é definido como “o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social.” É, portanto, um direito coletivo garantido especialmente aos “[...] grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado”. (CMDC, 2006, p. 2-3)

No entanto, o que observamos é uma extrema desigualdade nas vivências territoriais desses segmentos socialmente vulneráveis, entre outros, pela difícil aceitação social de um convívio pleno com a diversidade humana. Tal cenário resulta não somente na exclusão dessas pessoas, mas também as deixa suscetíveis a diversos tipos de violência, tendo em vista que a cidade se transformou em palco para luta de classes e mercadorias sujeitas a valores de uso e de troca.

A segregação urbana acaba por fragmentar a cidade em recortes que definem conjuntos de pessoas com características, interesses e desejos semelhantes, produzindo assim, espacialidades heterogêneas – os territórios. São essas relações de elementos socioespaciais que configuram o território, o qual também não se reduz à dimensão material (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Torna-se importante então esclarecer a acepção multidimensional de cidade, já abordada por muitos autores, como Haesbaert (2004), algumas delas presentes na CMDC (2006, p. 3), como a dimensão física, considerando sua área urbana, rural e semi-rural; e, a dimensão política, *locus* de “instituições e atores que intervêm na sua gestão, como as autoridades governamentais, legislativas e judiciárias, as instâncias de participação social institucionalizadas, os movimentos e organizações sociais e a comunidade em geral.” Há ainda a noção cultural de cidade, uma dimensão simbólica e subjetiva da apropriação e da identidade social com o espaço (HAESBAERT, 2004). Essa se relaciona com a afirmação de Santos (1996) sobre o espaço urbano ser resultado da ação de objetos articulados, tomando significado a partir das intencionalidades de uso que nele se materializam. Para Silva e Santos (2015), a cidade é assimilada pela forma como os indivíduos interagem, realizam seus hábitos cotidianos e se apropriam do espaço. Esse processo de apropriação gera a territorialidade, que Côrrea (1994) define como o conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência de um dado território por determinado agente social.

Partindo da suposição de que existe uma segregação espacial urbana - ora velada, ora explícita, que “regula” a ocupação do território com base, entre outros, em padrões comportamentais, delimitando



ou segregando o espaço e comprometendo o direito pleno à cidade - esse trabalho tem como objetivo relatar, apresentar e discutir os resultados de uma investigação que teve lugar na cidade de João Pessoa, sobre o ‘como’ se dá a sociabilidade e liberdade sexual da população LGBT na capital paraibana. Levantou-se, portanto, algumas questões norteadoras da pesquisa: quais são os lugares de liberdade para a população LGBT? Há especificidades nas dinâmicas territoriais? Quais as condicionantes para a apropriação do espaço?

## 2 ABORDAGEM INVESTIGATIVA

Para essa investigação, a metodologia utilizada foi construída de forma sequencial, onde a etapa seguinte era definida após a análise dos dados obtidos na etapa anterior. Para esclarecer a estrutura e o processo da pesquisa e entender os fundamentos da reflexão conclusiva, optou-se por explanar as etapas do trabalho em conjunto com a análise dos dados obtidos. Os procedimentos metodológicos consistiram na leitura exploratória, na aplicação de questionários e entrevistas, e na análise dos dados e discussão.

### Leitura exploratória

Inicialmente, foi levantada uma bibliografia de apoio ao tema para entender as questões relacionadas à população LGBT, sua relação com a cidade e a natureza diversa do perfil da população que o trabalho contempla. A partir dela surgiram as premissas e as suposições, essenciais para a definição dos objetivos e das etapas da pesquisa.

Uma das referências buscadas foi a Teoria Queer, sua compreensão auxiliou no entendimento do conceito de pessoa não normativa. Destrinchando a sigla LGBT é perceptível a existência de uma variedade de indivíduos que entram em embate com os valores predominantes, além da heterossexualidade. Esse fato, de acordo com Colling (2007), traz consequências para os indivíduos que não seguem esse padrão normativo.

Sobre a mobilidade dos indivíduos LGBT, Teixeira (2015, p. 30) traz a constatação de que o “homossexual” – como o autor referencia em seu texto o indivíduo LGBT – é um “migrante nato” que carrega o caráter “metronormativo”, onde existem “alguns estágios e padrões migratórios”. Ocorre um processo de migração dos indivíduos homossexuais movidos pelo interesse de habitarem espaços socialmente mais democráticos e desenvolvidos, “ambientes sexualmente mais arejados e de possibilidades” (TEIXEIRA, 2015, p. 30). Essa questão é corroborada pela ideia de Carvalho e Junior

(2017, p. 1) que reforça o conceito de cidade como “reflexo e como proteção das ideias e valores dominantes”, complementando que “a sociedade, que compõe a cidade, é cisheteronormativa<sup>3</sup>, isto é, assimila a heterossexualidade como norma sexual legítima e moralmente constituída”, embasando assim as problemáticas da comunidade LGBT no contexto urbano. Teixeira (2015) ainda traz, dentro das causas específicas do padrão de mobilidade desses indivíduos, a existência de um circuito subcultural gay proporcional ao porte das cidades.

Ainda sobre o aspecto da mobilidade, no contexto da problemática da população LGBT, apontamos a temática dos espaços de sociabilidade desses indivíduos, onde partimos do pressuposto de que, a sua maior parte não tem liberdade plena de expressar sua condição sexual em toda a cidade e se fecha em guetos, seguindo a lógica do capital. Para Silva e Santos (2015, p. 10) seguir a lógica do capital seria inserir-se na “cidade do consumo, que se contrapõe ao direito à cidade como política de reconhecimento da diversidade humana”.

### Questionários

Em um segundo momento, a pesquisa procurou focar de forma mais direta sobre as questões que envolviam os espaços de lazer das LGBT na cidade de João Pessoa e como a liberdade e a sociabilidade era exercida nos espaços públicos. Os espaços de lazer foram definidos como aqueles mais propícios, pelo lugar e horário, para as manifestações mais legítimas. Assim, a fim de entender essas dinâmicas foi aplicado um questionário através da plataforma Google Forms, que foi divulgado via redes sociais e durante o evento da 17ª Parada LGBT+ de João Pessoa. Ficou disponível do dia 1º de setembro até o dia 15 de setembro de 2018, obtendo um alcance de 100 pessoas. O resultado desse questionário, apesar da pequena representatividade quantitativa, nos levou a direcionar a investigação para os perfis mais representativos do universo pesquisado, pois a relação com a cidade e o tipo de conflito existente diferem bastante de um perfil de usuário para o outro, considerando a diversidade da população LGBT.

Dentre todas as questões determinantes para elaborar o perfil dos entrevistados, foram apontadas como mais expressivas a identidade de gênero, orientação sexual, ano de nascimento, identidade étnico racial e renda familiar. Ao cruzar os dados coletados das 100 pessoas participantes foi observado

---

<sup>3</sup> A cisheteronormatividade é um termo utilizado para identificar a norma social imposta relacionada à condição cisgênera e ao comportamento heterossexual, tidos como único padrão válido e aceito socialmente. Os indivíduos que não seguem tal postura social e cultural sofrem práticas discriminatórias e preconceituosas, vivendo em posição de desvantagem diante à sociedade.

a predominância de três perfis da amostra estudada: mulher cis<sup>4</sup> bissexual, mulher cis homossexual e homem cis homossexual. Logo, não se tem como afirmar que esta investigação representa toda a população LGBT, no entanto, os perfis retratados servirão para assegurar um panorama geral da amostra e parcial da população.

Sobre os demais dados, a juventude média (entre 18 e 24 anos) foi destaque nos três perfis e, nos dados de identidade étnico racial predominaram as pessoas autodeclaradas brancas. Ao tratar do perfil econômico foi possível ver uma quebra na uniformização da coleta. Sobre os proventos, os entrevistados declararam rendas variadas que vão de dois até cinco salários mínimos.

### Espaços de lazer

Na questão sobre quais espaços de João Pessoa eram utilizados para a prática de atividades de lazer, observou-se que os lugares apontados com mais frequência se configuram, na estrutura urbana da cidade, como centralidades intra-urbanas (SPOSITO, 2001), e estão identificados na Figura 1.

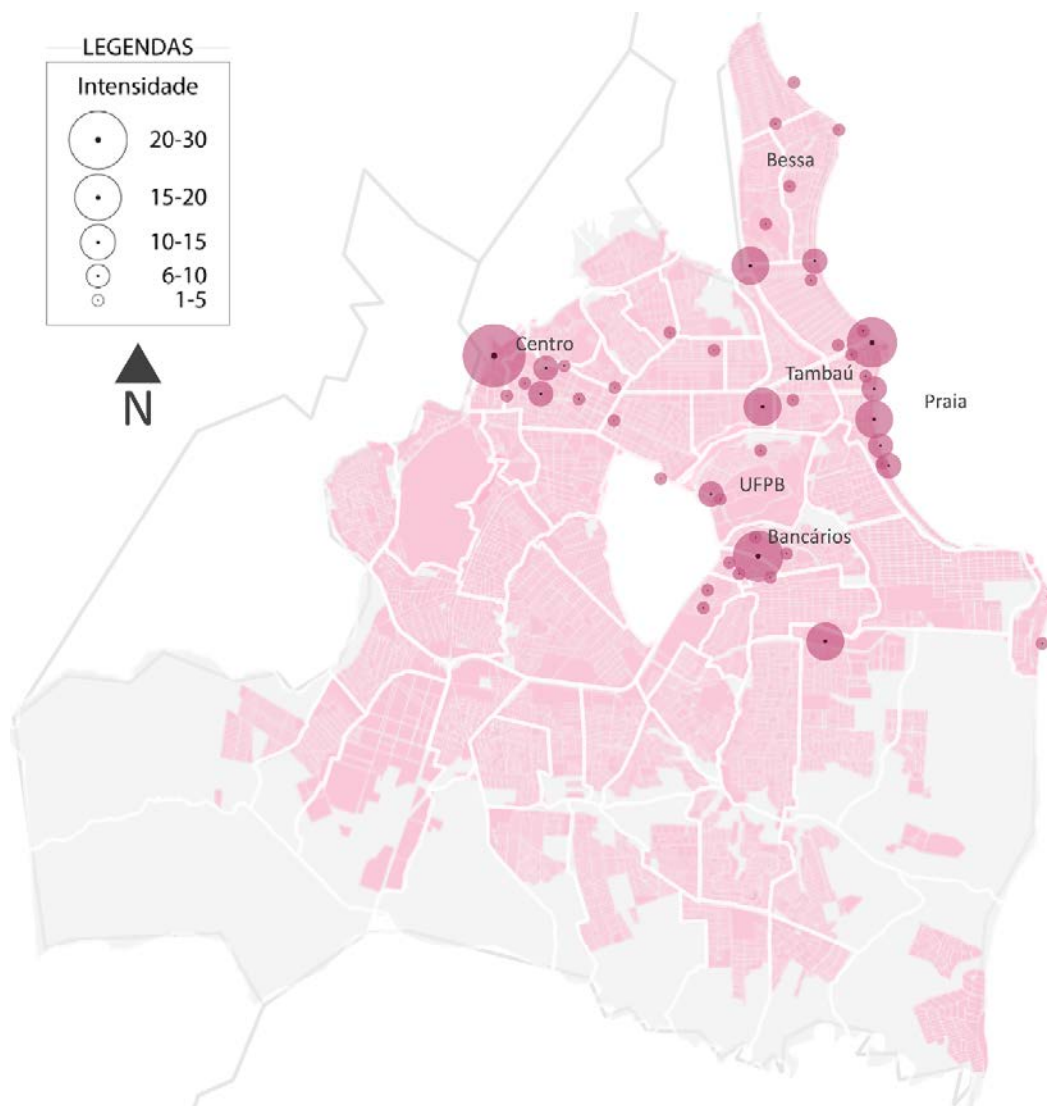
O mapa da Figura 1 demonstrou que existe uma maior vivência no Centro da cidade, na Praia e na divisa entre a Zona Leste e Zona Sul - nas proximidades do bairro dos Bancários. A tese de Oliveira (2016) embasa e reforça esse zoneamento quando observa a ocupação dos espaços LGBT em uma linha do tempo, destacando a praia como espaço onde, historicamente, acontecem os encontros homoafetivos. O autor cita ainda que com a estruturação urbana o território do Centro foi abraçado pelo público e a política de conjuntos habitacionais e o crescimento da universidade trouxe para convívio uma maior diversidade de pessoas, alimentando o eixo sul.

A pesquisa ainda procurou sondar sobre os horários mais frequentes para a utilização dos espaços. Os resultados apontaram, através de um índice baseado em média ponderada, que a noite é o período de maior assiduidade das pessoas nos equipamentos. Assim como em Oliveira (2016) a pesquisa também comprovou que prevalece o horário noturno para a prática de atividades de lazer para o público LGBT, dentro da cidade de João Pessoa, reforçando o fato da construção histórica dessa preferência. Em uma análise temporal, Oliveira (2016) destaca que os primeiros estabelecimentos comerciais a receberem o público homossexual foram os bares noturnos, na década de 1970, demonstrando o início de um processo de “guetização” da comunidade LGBT.

---

<sup>4</sup> O termo cisgênero descreve pessoas que não são transgênero (mulheres trans, travestis e homens trans). ‘Cis-’ é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é oposto de ‘trans’. Refere-se a pessoa que se identifica, em todos os aspectos, com o gênero atribuído ao nascer.

Figura 1: Mapeamento dos espaços de lazer citados



Fonte: Autores, 2018.

No questionário aplicado, também foi perguntado aos indivíduos sobre os lugares por eles citados: “Você se sente livre para expressar sua condição de gênero/sexual nesses espaços?” Nas respostas, 74% destacaram que “sim”. Tal resultado colabora para reforçar a ideia de que o sentimento de proteção está atrelado à liberdade de expressão do indivíduo. Também foi questionado se: “Nos demais locais públicos, você sente a mesma liberdade para demonstrar sua condição de gênero/sexual?”. As respostas negativas atingiram escala semelhante àquela da pergunta anterior, revelando que a maioria não se sentia segura em locais públicos. Essa resposta levantou dúvidas sobre quais seriam esses espaços de restrição na cidade? Além disso, indagou-se a possibilidade de existir

espaços que representam liberdade para alguns e restrição para outros, como também, se o horário ou outros fatores seriam determinantes para a apreensão de um espaço acolhedor.

### Entrevistas

Assim, para obter tais respostas foi necessário a aplicação de 35 entrevistas semiestruturadas com abordagem direta aos frequentadores das três centralidades destacadas: a Praça Anthenor Navarro, no centro da cidade, a Rua Coração de Jesus, no bairro de Tambaú e a Praça da Paz, no bairro dos Bancários, no horário marcado com maior frequência. As questões aplicadas nas entrevistas foram mais diretas e específicas, dissociando a ideia de espaços frequentados em: espaços frequentados ‘com’ e ‘sem’ liberdade, questionando principalmente sobre as causas subjetivas.

Ao analisar os perfis dos entrevistados de cada centralidade investigada, a partir das questões socioeconômicas abordadas na entrevista presencial e no questionário, identificou-se que a Praça Antenor Navarro concentra a maior diversidade de pessoas LGBT por responder com mais variantes em todos os quesitos. Para a Rua Coração de Jesus o perfil majoritário foi representado pelo homem cis homossexual branco com renda familiar de cinco salários mínimos e faixa etária jovem média, ou seja, um público mais homogêneo.

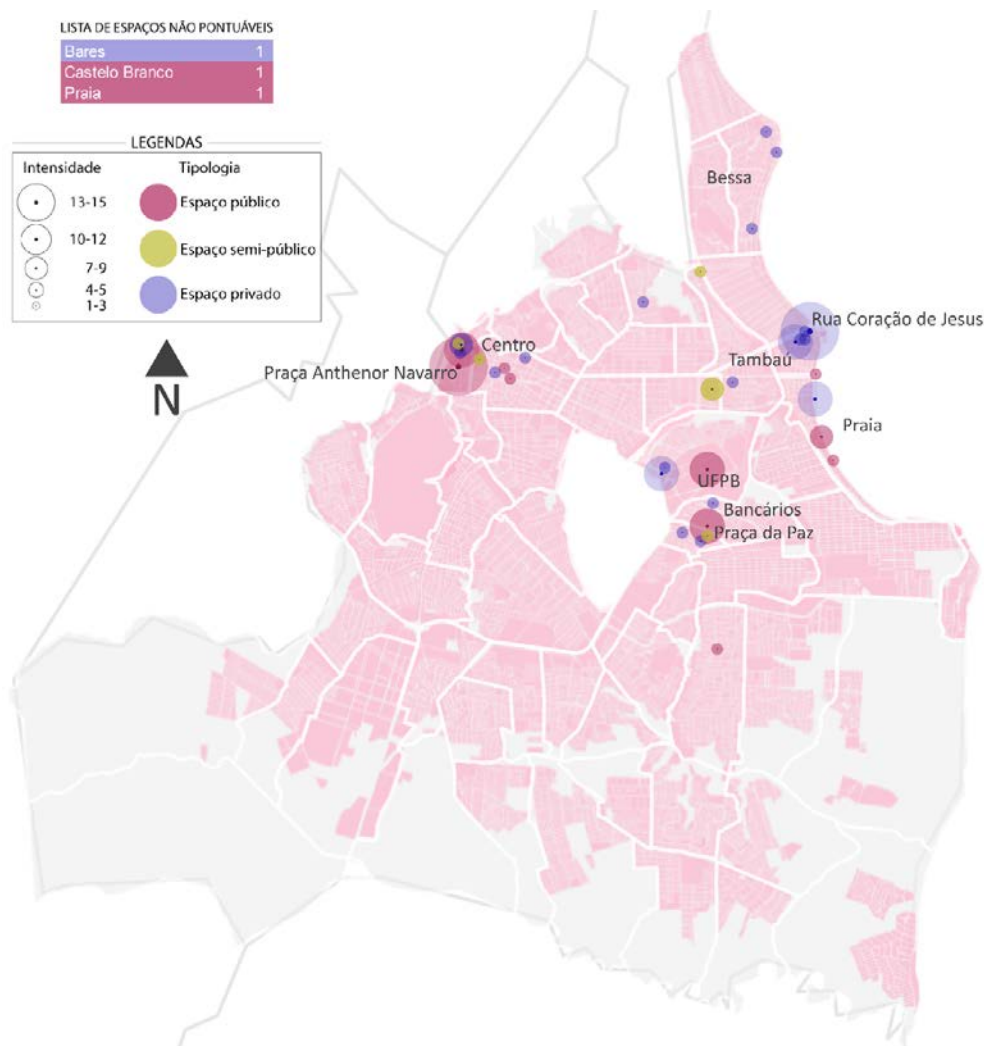
A entrevista direta possibilitou a produção de dois mapas distintos relacionados às áreas de lazer. No decorrer das aplicações, no entanto, a metodologia de resposta subjetiva englobou outros temas relativos ao ‘direito’ aos espaços públicos, institucionais e moradia. Com isso, foi possível estruturar outras variáveis referentes às localidades que não cumprem função de lazer, mas que são igualmente importantes na socialização da comunidade LGBT.

### Espaços de liberdade

A partir da questão, “Em que espaços você sente que tem maior liberdade para exercer sua condição de gênero/sexual?”, percebe-se na figura 2 a coincidência de centralidade obtidas no mapa da Figura 1, resultante do questionário, com uma densidade menor, dada a menor amostragem de pessoas.



Figura 2: Mapeamento dos espaços de liberdade para exercer a condição sexual



Fonte: Autores, 2018.

Os motivos da coincidência de locais apontaram, no geral, que havia uma identificação de pessoas LGBT no ambiente ou pelo menos de uma certa aceitabilidade e tolerância dos outros frequentadores. Nesse ponto da entrevista, ao citar o Centro como libertário, muitos especificaram que isso se dá apenas no “centro histórico” – como chamam o entorno da Praça Antenor Navarro. A área comercial, frequentada no cotidiano, ativa apenas durante o dia, não se configura da mesma forma. O cunho cultural pode ser um dos fatores que justifica a escolha, já apontada na pesquisa de Oliveira (2016), com relação à frequência do público homossexual nessa região da cidade onde se encontram artistas, cantores e professores, por exemplo. O bem-estar se expressa na fala do entrevistado 09: “É um ambiente que tem uma galera da periferia que organiza o ‘rolê’ e tem uma simbologia de resistência cultural, racial e de gênero, tem uma militância muito forte. Você se sente acolhido.”

Esse mesmo parecer foi reproduzido no espaço semipúblico apontado, o Espaço Cultural José Lins do Rêgo, e na UFPB – marcada pela sua função de produtora de conhecimento e interação de pessoas diversas. Os bares foram bem representados nas respostas, porém, apenas estabelecimentos específicos para o público, como o ‘Empório Café’, na rua Coração de Jesus, já conhecido pelo público alvo.

Ao serem abordados sobre como o horário influenciava nas práticas de lazer, 83% dos entrevistados declararam sua preferência pela noite como turno mais propício para a sociabilidade com liberdade, reforçando a ideia de construção histórica desse turno como o mais libertário.

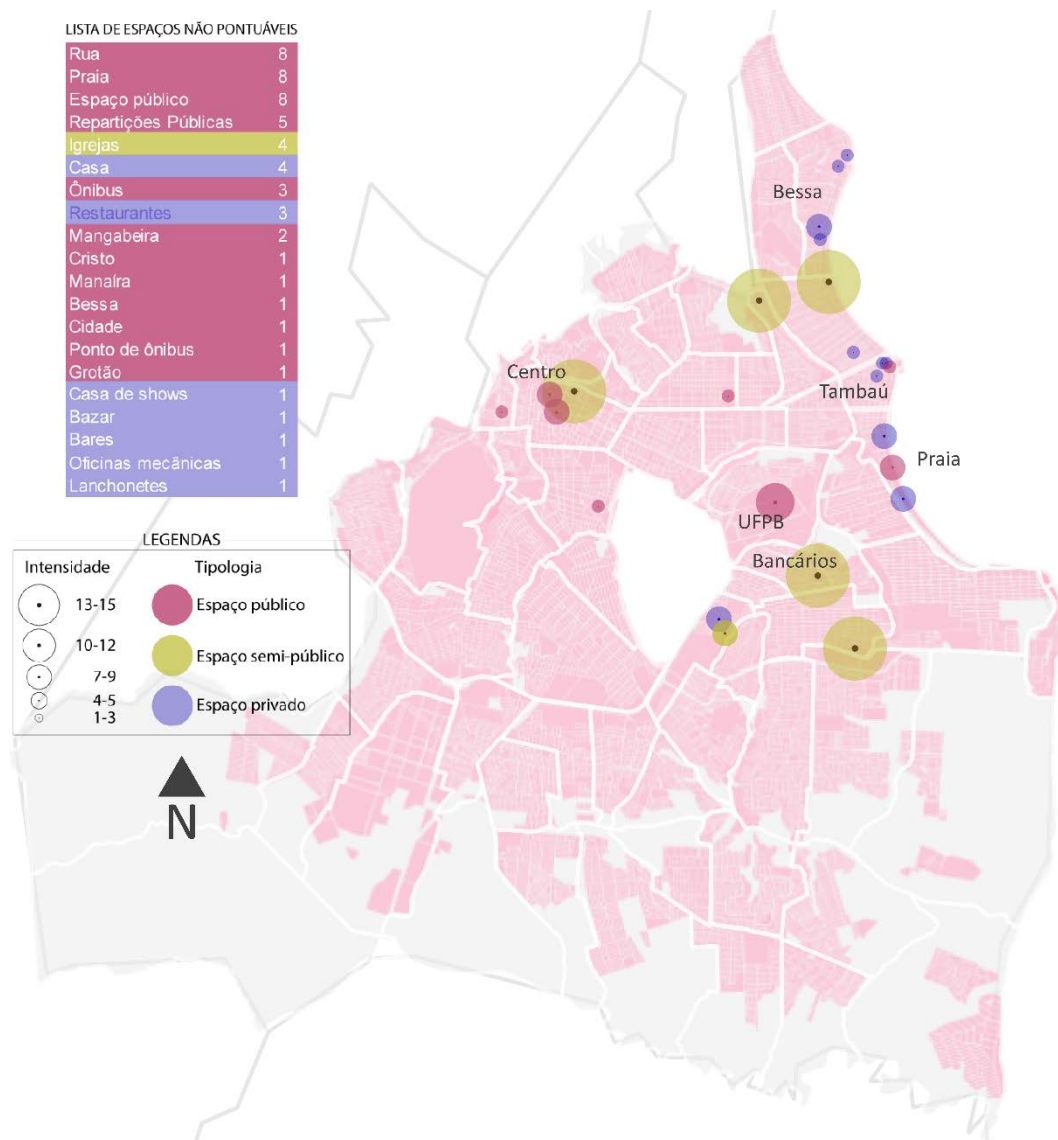
### **Espaços de restrição**

Por sua vez, o mapa de espaços frequentados com “restrição para o exercício de sua condição de gênero/sexual”, indicado na figura 3, demonstra o desconforto em espaços semipúblicos privados e institucionais religiosos em grande quantidade. Analisando as respostas, ainda se destaca a presença de localizações genéricas, ou não específicas que podem compreender toda a extensão do espaço urbano, por exemplo, um entrevistado determinou a cidade como ‘lugar repressor’. Isso pode significar que, a população LGBT se mantém quase sempre em um modus de cautela e vigilância sobre o entorno e sobre si mesma.

Os bares e restaurantes com maior público heterossexual – normativo – representam boa parte dos relatos, até mesmo um estabelecimento localizado na Rua Coração de Jesus, o Atol Bar. Sobre esse consta o relato do entrevistado 02 sobre um caso de homofobia dentro do recinto: “Inclusive, eu fui vítima de homofobia lá em relação a um cara não saber o que eu estava fazendo lá, pelo simples fato de existir mais mulheres héteros e esse não seria um ambiente que eu iria paquerar com alguém.”

Há ainda, espaços de sobreposição entre os últimos mapas apresentados, um deles é a UFPB, que levantou a suposição de que havia perfis de pessoas distintos, de acordo com os Centros e Cursos. Por exemplo, o Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes foi apontado como local de maior diversidade de pessoas e interações, em oposição ao Centro de Ciências Jurídicas, cujos usuários aparentam um padrão mais conservador.

Figura 3: Mapeamento dos espaços de restrição para exercer a condição sexual



Fonte: Autores, 2018.

Com relação à praia e à Lagoa os relatos indicam que a presença de “famílias, crianças e idosos” inibem a manifestação de suas condições. O entrevistado 49 explana sobre: “Já em lugares onde tem héteros e pessoas mais velhas, que é mais difícil de aceitar, é mais desconfortável, porque como não é “normal” *pra* eles, acaba que você pensa que tem que proteger eles e respeitar.”

Pode se levantar ainda outra discussão no tocante às convergências dentro da própria comunidade LGBT. Em duas entrevistas o ‘Empório Café’ foi apontado como um local repressor, o que é curioso, uma vez que, foi um espaço muito indicado no mapeamento anterior, como espaço adequado. No entanto, ao se observar os comentários, esses são relativos ao desconforto econômico, ou melhor, ao

padrão relativo às aparências, como estão vestidos, por exemplo, tornando o espaço uma vitrine de pessoas que observam e julgam, e são observadas e julgadas.

Acerca do horário que os entrevistados frequentavam esses espaços de restrição, percebeu-se nas respostas uma igualdade entre os três turnos. Alguns relatos demonstram que a insegurança não está ligada somente ao horário, mas principalmente à presença do público heterossexual normativo. De fato, a população LGBT, mesmo à noite, está passível a cerceamento de imposições sociais, dependendo do local e o público que o frequenta. Entende-se, portanto, que não existe uma limitação de acesso do público em questão, mas há um contrato social velado que determina “guetos” para a expressão de gênero e sexual ocorrer sem receios e estado de alerta.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa se propôs a responder algumas questões: quais são os lugares de liberdade para a população LGBT? Há especificidades nas dinâmicas territoriais? Quais as condicionantes para a apropriação do espaço? Para responder a primeira questão, a pesquisa revelou, dentro do universo da amostra estudada, que a cidade de João Pessoa possui vários pontos de socialização da população LGBT, no entanto, três regiões demonstraram uma maior atração: a Praça Anthenor Navarro, no centro histórico da cidade, a Rua Coração de Jesus, no bairro de Tambaú e a Praça da Paz, no bairro dos Bancários. Cada centralidade apontada possui especificidades diferentes que foram destacadas na pesquisa.

Ao analisar a Praça da Paz, localizada no bairro dos Bancários, observamos que existe um pacto social velado, que demonstra a mudança de perfil na sua ocupação, de acordo com o dia e a hora. A visibilidade do público LGBT só é perceptível com o decorrer da noite, quando acontece o câmbio entre os tipos de pessoas no espaço público, repercussão das teorias do lazer noturno como oportunidade mais segura para a comunidade minoritária. Essa dinâmica, revela impossibilidade de convivência democrática da população LGBT junto ao público considerado ‘mais familiar’, geralmente, com um comportamento mais conservador. Apenas quando esse público se recolhe, a população LGBT se faz mais presente. Assim, as condicionantes para que a população LGBT passe a frequentar o espaço está relacionada ao dia, hora e recolhimento das ‘famílias’ moradoras do contexto imediato da praça.

A região do baixo Tambaú, representada pela Rua Coração de Jesus, se localiza em um contexto de importante consolidação dos espaços de expressão LGBT no crescimento de João Pessoa, como aponta

Oliveira (2016). De acordo com esse autor, os espaços próximos aos eixos de grande fluxo foram adotados como regiões para a prática das atividades afetivas e sexuais, especialmente as áreas de praia pela escuridão e calma. Com a reestruturação urbana da cidade e a pavimentação da sua principal avenida, a Avenida Epitácio Pessoa, os espaços que acolhem o público LGBT passaram a ser estabelecimentos comerciais como bares e boates. Estes estabelecimentos determinaram o padrão do local até os dias de hoje, mas reafirmam a segregação espacial, uma vez que apenas nesses espaços é permitido usufruir de liberdade. Ademais, as condicionantes para a apropriação dos espaços comerciais se revelaram vinculadas a certo poder aquisitivo, onde a aparência apresenta-se como condição essencial do bem-estar dos indivíduos.

Espaços privados como áreas livres para expressão sexual e sociabilidade afirmam o poder do capital de exclusão e seu aproveitamento em gerar um produto de consumo – o espaço. A lógica simplificada revela que, com uma sociedade que não aceita algo fora das normas, a questão de frequentar lugares específicos (privados) deixa de ser uma válvula de escape individual para ser um local de criação de nicho de mercado - em uma ótica coletiva. Esta regra reforça a teoria de uma segregação urbana velada e dominada pelo capital econômico.

É necessário diferenciar, no entanto, a falta de acesso e a liberdade de expressão nos ambientes. A última questão é o ponto de foco desta pesquisa, pois parte da constatação de que a população LGBT não possui problemas com o acesso aos ambientes (pelo menos de acordo com a amostra pesquisada). Na comparação dos mapas de frequência em espaços de lazer do questionário e do mapa com os espaços repressores, percebe-se que os indivíduos têm admissão livre, no entanto, o que os caracterizam como espaços opressores é o contrato social velado. A questão, portanto, não está no acesso, mas no comportamento cerceado, ou seja, nos limites da liberdade de expressão.

Resultado um pouco diferente ocorreu na Praça Anthenor Navarro, localizada no centro histórico da cidade. A região possui um caráter mais cultural e é frequentada por um público com perfil mais diverso. Apesar de ser configurada como um espaço público, é vivenciada por outro tipo de problemática mais complexa, a marginalização do território frente à cidade, aspecto incorporado pelos LGBT, pois é como se posicionam, como pessoas deixadas à margem pela sociedade. Apesar desse aspecto, o caráter cultural da área acaba por torná-la mais democrática e acessível, fato reforçado por Oliveira (2016) quando afirma que o público homossexual sempre está próximo às classes artísticas e culturais, não à toa, o Espaço Cultural José Lins do Rêgo foi apontado como local de liberdade pelos entrevistados em todas as etapas da pesquisa. Ademais, diferente do que ocorre em Tambaú e na Praça



da Paz, existe uma socialização bastante expressiva na parte pública da Praça Anthonor Navarro, apesar dos bares privados existentes no local.

A pesquisa demonstrou que a “guetização” do público possui variáveis além da sociabilização e o fim sexual e afetivo. A população LGBT não é bem-vinda em se expressar nos espaços, especialmente os públicos. Apreendê-los ao longo da pesquisa confirma as hipóteses.

A pesquisa atestou que os espaços de socialização são limitados à espaços públicos com contrato social velado, espaços marginalizados e estabelecimentos privados que veem o público LGBT como nicho de mercado. E os espaços de repressão representados por todo seu espaço público de domínio livre e espaços semipúblicos privados que visam apenas a aglomeração para captação de lucro.

Com esses resultados percebe-se que o problema de territorialidade e sociabilidade da comunidade LGBT vai além das questões espaciais, adentra aspectos culturais, sociais e educacionais na aceitação das diferenças como algo natural aos seres humanos. As políticas públicas destinadas ao confronto da marginalização por que passa a população LGBT precisa considerar a complexidade da questão e as vantagens que ambientes com diversidade cultural podem ter no acolhimento de diferentes perfis de usuários.

#### 4 REFERÊNCIAS

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Isto é um lugar de respeito!’: a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano / ‘This is a respectful place!’: the heteronormative construction of the closet-city throughout the invisibility.... Revista de Direito da Cidade, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 103-116, jan. 2017. ISSN 2317-7721. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26356>. Acesso em: 12 jul. 2018.

COLLING, Leandro. Teoria queer. In: Mais definições em trânsito. Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, UFBA. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/TEORIAQUEER.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia Aparecida de; SILVEIRA, Maria Laura (Org.). Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 251-256.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 396 p.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas, v. 1, n. 2, p. 39-52, 15 ago. 2007. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/geres/files/territorio%20globaliza%C3%A7ao.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2018.

## ARQUITETURA E CIDADE: PRIVILÉGIOS, CONFLITOS E POSSIBILIDADES

Curitiba, de 22 a 25 de outubro de 2019



OLIVEIRA, Thiago de Lima. Engenharia erótica, arquitetura dos prazeres: cartografias da pegação em João Pessoa, Paraíba. 2016. 179 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/Rio Tinto, 2016.

SANTOS, M. A Natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996, 259 p.

SILVA, Andréa Lima da; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. "O sol não nasce para todos": uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498-516, jul/dez 2015. DOI [https://doi.org/10.26512/ser\\_social.v17i37.14259](https://doi.org/10.26512/ser_social.v17i37.14259). Disponível em:

[http://periodicos.unb.br/index.php/SER\\_Social/article/view/14259/12578](http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14259/12578). Acesso em: 11 jul. 2018.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

TEIXEIRA, Marcelo Augusto de Almeida. 'Metronormatividades' nativas: migrações homossexuais e espaços urbanos no Brasil. Áskesis, São Carlos, SP, v. 4, n. 1, p. 23-38, 2015.



**PROJETAR**  
GRUPO DE PESQUISA EM  
PROJETO DE ARQUITETURA  
E PERCEÇÃO DO  
MUNDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE



ARQUITETURA E URBANISMO - UFRN



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
PLANEJAMENTO URBANO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ



UNIVERSIDADE  
POSITIVO